

Dimensões culturais e míticas do espaço urbano: uma leitura geográfica

Cultural and mycal dimensions of urban space: a geographic reading

Dimensiones culturales y míticas del espacio urbano: una lectura geográfica

Janio Roque Barros de Castro

RESUMO: No presente texto, analisa-se a questão urbana sob a ótica cultural, considerando-se suas dimensões materiais, imateriais e míticas, partindo das relevantes contribuições de autores consagrados no contexto do pensamento geográfico contemporâneo, como Paul Claval e Yi-Fu Tuan. Para abordar essas questões, fez-se uma releitura de obras desses autores e procurou-se dialogar com outros pensadores de vertentes analíticas diferentes e também de outras áreas do conhecimento, com vistas a trazer uma abordagem alargada sobre a cidade e o urbano, na perspectiva cultural.

PALAVRAS - CHAVE: Cidade. Cultura. Questão mítica.

ABSTRACT: In the present text, the urban question is analyzed from the cultural point of view, considering its material, immaterial and mythical dimensions, starting from the relevant contributions of consecrated authors in the context of contemporary geographic thought, such as Paul Claval and Yi-Fu Tuan. In order to address these issues, a review of works by these authors was undertaken and a dialogue was sought with other thinkers from different analytical perspectives and from other areas of knowledge, with a view to bringing a broad approach to the city and the urban, from the perspective cultural.

KEY WORDS: City. Culture. Mythical question.

RESUME : Nous analysons dans ce texte la question urbaine sous l'angle culturel, en considérant ses dimensions matérielles, immatérielles et mythiques, en partant des signifiantes contributions d'auteurs consacrés dans le contexte de la pensée géographique contemporaine, comme Paul Claval et Yi-Fu Tuan. Pour aborder ces questions, nous proposons une relecture des œuvres de ces auteurs et nous cherchons à dialoguer avec d'autres penseurs de divers courants analytiques mais aussi d'autres domaines de connaissance, dans le but d'apporter une approche plus large de la ville et de l'urbain, dans une perspective culturelle.

MOTS-CLEFS: Ville. Culture. Question mythique.

1. INTRODUÇÃO

A Geografia urbana no Brasil, durante muitas décadas e até os dias atuais, tem priorizado as dimensões socioeconômicas e políticas do espaço, norteando seus estudos e pesquisas predominantemente por influências de correntes marxistas. Essa perspectiva de análise é importante porque está assentada em uma leitura crítica que busca compreender a ação do sistema capitalista no espaço urbano. Todavia, nesse contexto, a questão cultural era pouco abordada. A partir, notadamente, dos anos 1990 do século passado, notou-se uma revalorização das abordagens culturais, tanto na sua dimensão material quanto imaterial. Nesse contexto, conceitos como paisagem e lugar são estruturantes para as abordagens da vertente humanista da Geografia.

Segundo Paul Claval (2014), o espaço humanizado é igualmente organizado para permitir aos homens viverem como lhes convém num determinado contexto cultural. Os diferentes grupos humanos organizam seus espaços de vivência considerando as especificidades desses contextos geográficos e culturais. Um dos conceitos estruturantes do pensamento de Tuan, nas suas principais obras, é experiência, que, segundo ele, é um termo que abrange as diferentes maneiras por intermédio das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. Essas maneiras variam desde os sentidos mais diretos e passivos como olfato, paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira indireta da simbolização (TUAN, 2013). Ao longo desse artigo, dialoga-se com esses e outros pensadores.

No presente texto, analisa-se a questão urbana sob a ótica cultural, considerando-se suas dimensões materiais e imateriais, partindo das relevantes contribuições de autores consagrados no contexto do pensamento geográfico contemporâneo. Levanta-se algumas problematizações: como a questão cultural se manifesta no espaço urbano? Quais as possibilidades de leitura dessas questões a partir da contribuição de geógrafos consagrados da vertente humanista, como Paul Claval e Yi-Fu Tuan? Para abordar essas questões, fez-se uma releitura de obras desses autores e procurou-se dialogar com outros pensadores de vertentes analíticas diferentes e também de outras áreas do conhecimento, com vistas a trazer uma abordagem alargada para essa temática que é complexa e desafiante.

Os livros de Yi-Fu Tuan, usados nesse artigo apresentam algumas citações das edições brasileiras revisadas e atualizadas. Tratam-se de publicações da década de 1970, duas delas publicadas no Brasil nos anos 1980, os livros “Topofilia” e “Espaço e lugar”, e, mais recentemente, “Paisagens do medo”, traduzido no Brasil em 2005. Dentre as publicações de Paul Claval que são mais recentes, destaca-se o livro “A Geografia Cultural”, publicado na França em 1995, cuja versão brasileira é de 1999. Nesse artigo, faz-se uso dessa versão publicada em 2014.

Inicialmente, faz-se uma abordagem introdutória sobre a cidade sob a ótica de Yi-Fu Tuan, e, posteriormente, convida-se outros autores para o diálogo sobre paisagem, um conceito de grande importância para a Ciência geográfica, notadamente para a vertente humanista. Em seguida, transita-se pelo terreno das dimensões míticas e imateriais no/do espaço urbano, para depois problematizar as dimensões políticas dos monumentos.

2. DIFERENTES FORMAS DE LEITURAS DA CIDADE COM BASE EM YI-FU TUAN

No livro “Topofilia”, uma obra clássica dos anos 1970, publicada no Brasil em 1980 (reeditado em 2012), Yi-Fu Tuan afirma que nos primeiros centros urbanos mundiais, as cidades surgem não somente como respostas às forças econômicas e comerciais, mas também em resposta à criação de espaço sagrado. Em outra obra desse autor, do final dos anos 1970, traduzida no Brasil em 2005, consta:

É uma profunda ironia que frequentemente a cidade possa aparecer um lugar assustador. Construída para corrigir a aparente confusão e o caos da natureza, a cidade em si mesma, se transforma em um meio ambiente físico desorientador, no qual os prédios de apartamento desabam sobre seus habitantes, ocorrem incêndios e o trânsito ameaça a vida e mutila as pessoas. Apesar de cada rua e prédio – e na verdade todos os seus tijolos e blocos de pedra – serem sem dúvida, os produtos de planejamento e reflexão, o resultado final pode ser um imenso labirinto desordenado (TUAN, 2005, p. 233-234).

A cidade é um conjunto de edificações projetadas pela ação humana e que expressa tanto a dinâmica dos diferentes grupos e contextos socioculturais, quanto diferentes visões de mundo, crenças, desejos e medos. Na concepção de Tuan (2005), a cidade é a tentativa mais ambiciosa do gênero humano de criar ordem física e humana; no entanto, segundo esse autor, a aglomeração de pessoas pode gerar também o caos. Nem as cidades planejadas pela racionalidade humana são capazes de suprimir a dimensão do caótico, porque é impossível racionalizar mecanicamente a natureza humana. Uma provocação inicial seria: a natureza é caótica? O outro questionamento está assentado na perigosa dualização entre os elementos naturais e aqueles culturais, produzidos pela ação humana. O traçado das ruas pode obedecer a uma determinada lógica urbanística, mas a sua forma de uso, de circularidade, pode ser considerada totalmente desregrada, desorientada no sentido positivo da palavra. Quem disse que a desorientação é algo negativo? Se dela pode emergir uma ação contra-hegemônica, crítica diante da frieza do planejamento urbano tecnicista, norteador por um desejo de ordenamento espacial questionável. Ordenar o quê? Para quem?

Durante muito tempo o campo foi visto como o espaço do atraso; espaço fértil para ilações míticas, supersticiosas, que assustavam as pessoas. Tuan (2005) destaca que, mesmo nos tempos modernos, a população rural continua carregando o pesado fardo de antigos medos que seus primos da cidade aprenderam a descartar. Esse autor traz, nesse caso, uma abordagem que aponta para a persistência de um forte conteúdo mítico nos espaços rurais. Para ele, na China, a dicotomia entre o urbano e o rural permaneceu bem definida até pelo menos a época da segunda guerra mundial. Nesse mesmo período, enquanto os estudantes universitários discutiam a teoria da relatividade, nos espaços rurais fazia-se uso da magia para espantar epidemias e demônios. Ou seja, o campo seria um espaço da dimensão mítica, das superstições, e a cidade um espaço que cada vez mais incorporaria a dimensão científica. Evidentemente que trata-se de uma abordagem que deve ser devidamente contextualizada no tempo e espaço. A China daquela época, assim como Brasil, era predominantemente rural. No pós segunda guerra, com a dinâmica processual da industrialização em vários países do mundo, incluindo-se China e Brasil, a urbanização, no sentido alargado da expressão, foi se expandindo e houve não apenas uma diminuição no efetivo demográfico rural, comparado em termos percentuais com o urbano, como também ocorreu uma complexificação conceitual nas acepções sobre rural e urbano. Nesse contexto, as abordagens sobre questão cultural, material e imaterial, também se complexificaram.

A cidade pode ser captada pela sua sonoridade. Aliás, alguns geógrafos falam em paisagens sonoras. Essa sonoridade, evidentemente, deve ser considerada a depender dos contextos “lugarizados”. Tuan (2005) destaca que a próspera cidade medieval era inundada pelo som dos sinos e pelo barulho da circularidade das pessoas. Segundo este autor, essa cidade se recolhia ao por do sol, ou seja, o ritmo da vida urbana era determinado pela luminosidade solar. A cidade contemporânea é bem mais agitada e barulhenta, notadamente os grandes centros urbanos, que não dormem; todavia, a importância e a expressividade do som dos sinos vai depender da posição dessa cidade na hierarquia urbana. Em pequenas cidades ruralizadas do Brasil, um simples olhar sobre o conjunto edificado, traz, de imediato, para o campo visual do observador, a igreja católica como elemento destoante. Evidentemente que o papel dessa igreja e a importância simbólica dos badalos dos sinos deve ser abordado à luz do contexto histórico. Naquela época a igreja exercia um papel hegemônico nas cidades. Atualmente, nas principais cidades da Europa ou da América Latina, os templos se miniaturizam diante do gigantismo vertical dos grandes prédios. Em várias situações, o barulho estridente do trânsito ofusca a sonoridade dos sinos. Ou seja, tanto o substrato físico edificado quanto a sonoridade expressam mudanças no espaço urbano no transcurso histórico.

Segundo Tuan (2013), o espaço arquitetônico individualizado, casa ou templo, por exemplo, ou no seu conjunto, uma cidade, se constitui em um microcosmo que possui uma clareza que falta aos aspectos naturais. Para esse autor, a arquitetura é uma continuação do esforço humano para aumentar o conhecimento por meio da criação de um mundo tangível, que articula as experiências. As abordagens sobre a cidade e o urbano, sob a ótica cultural, pode ser norteadas por diferentes vertentes analíticas. Nesse texto, valoriza-se tanto a dimensão material, como já se fez menção, quanto a imaterial. Um dos caminhos possíveis é aproveitar o potencial do conceito de paisagem, que pode articular-se a outros conceitos, para que se construa uma análise geográfica integrada.

3. A PAISAGEM URBANA SOB A ÓTICA CULTURAL

A paisagem é um importante conceito da Ciência Geográfica que passou por um processo de desvalorização, notadamente nos anos 1970 e 1980, no contexto da Geografia acadêmica. A revalorização da paisagem, já destacada anteriormente, ocorreu juntamente com um expressivo aumento dos estudos e pesquisas sobre as questões urbanas. Quais os desafios para leitura da paisagem urbana, sob a ótica cultural? Um caminho aqui proposto é a análise integrada da paisagem, na qual as dimensões socioculturais, políticas e econômicas apresentam interfaces, dialogam e se interpenetram.

Milton Santos (1988, 1999), com seu enfoque analítico assentado na Geografia humana, destaca a dimensão transtemporal da paisagem; e Paula Claval (2014), a partir das abordagens da Geografia Cultural, enfatiza que a sua interpretação não é fácil, uma vez que fala dos homens que a modelam e que a habitam atualmente e daqueles que lhe precederam. Aziz Ab'Sáber, na perspectiva da Geografia ambiental, destaca que todos os que se iniciam no conhecimento da natureza, mais cedo ou mais tarde, por um caminho ou por outro, atingem a ideia de que a paisagem é sempre uma herança de processos fisiográficos e biológicos e patrimônio coletivo dos povos que historicamente a herdaram como território de ação de suas comunidades. Ou seja, a leitura da paisagem é de grande importância para o exercício da análise geográfica integrada, e essa relevância conceitual e articuladora transita por diferentes vertentes do pensamento geográfico, norteadas pela relação dialógica entre tempo e espaço.

Na concepção de Eric Dardel (2011), a paisagem não é um círculo fechado, mas um desdobramento. Sob a ótica fenomenológica desse autor, a paisagem geográfica desdobra-se e abre-se para além daquilo que eu vejo; dessa forma, não se tem uma paisagem única e coisificada e sim leituras de paisagens, interpretações da paisagem em uma perspectiva alargada, transescalar, diversa. A experiencição da leitura dos diferentes contextos paisagísticos é de grande importância, tanto do ponto de vista da coletividade (diferentes grupos socioculturais) quanto da subjetividade, uma vez que o mesmo recorte paisagístico pode ser analisado de forma diferente por diferentes sujeitos sociais, de diferentes idades, culturas e contextos geográficos. É importante exercitar a leitura paisagística a partir da experiência de cada sujeito e, posteriormente, trabalhar essa leitura no sentido da coletividade. Uma tribo indígena pode enxergar os diferentes contextos paisagísticos de forma diferente.

Na concepção de James Duncan (1990) *apud* Souza (2013), a paisagem pode ser entendida como uma produção cultural e tanto pode integrar a reprodução quanto a contestação do político. Duncan nos traz a ideia de paisagem como texto, portanto algo a ser lido, interpretado e não apenas para ser visto. Talvez, um dos motivos para a desvalorização do conceito de paisagem, durante décadas, tenha sido a sua abordagem como fotografia estática de um determinado lugar (ou lugares) em um determinado momento. Aqui, concorda-se com a afirmação de que a paisagem pode enganar; a aparência pode não revelar determinados processos e especificidades da dinâmica espacial; no entanto, há várias formas de superar essa abordagem paisagística estática, petrificada, meramente fotográfica.

Ao longo de uma atividade de campo pela área urbana, questões políticas, econômicas, ambientais e socioculturais podem ser mencionadas de forma solta, estanque. Esta abordagem estilizada não é recomendável. Quando o olhar sobre a paisagem urbana passa a revelar dúvidas e incertezas sobre o arranjo espacial e sua dinâmica, acredita-se que se atingiu um dos objetivos da leitura exploratória da paisagem. É a dúvida, a incerteza, que alimenta o interesse pela pesquisa. Segundo Claval (2014), a paisagem é, na imensa maioria dos casos, um produto não planejado da atividade humana. Esse autor destaca que a paisagem nunca reflete fielmente todos os aspectos de uma cultura.

De qual paisagem se fala? O que paisagem é geográfica? O que se entende por paisagem cultural? Questões como essas podem ser debatidas em grupos de estudos. Em uma atividade de campo, pode-se trabalhar com as leituras de paisagem a partir de determinados pontos fixos, assim como se pode fazer um exercício de leitura itinerante dos diversos contextos paisagísticos. Alguns / algumas professores (as), nas atividades de campo, solicitam que os alunos / alunas façam a descrição do itinerário casa – escola – casa. Uma boa descrição pode ser um bom caminho para uma boa análise e contextualização da paisagem geográfica; no entanto, Andreotti (2013) destaca que a descrição de uma paisagem é um dos momentos mais complexos para Geografia por ser intraduzível para cada intenção objetiva e foge a qualquer proposição universalmente holográfica, constituindo-se em um ato de dedução através da observação, envolto em uma atmosfera de subjetivismos e emoções. Esse viés fenomenológico sobre a observação e a descrição pode ser um potencial importante a ser usado para análise das paisagens culturais urbanas.

Segundo Claval (2001), a nova abordagem cultural da Geografia busca interrogar os homens sobre as experiências que têm daquilo que os envolve, sobre o sentido que dão à sua vida e a

maneira pela qual modelam os ambientes e desenharam as paisagens para nelas afirmar sua personalidade, suas convicções e suas esperanças. Na concepção desse autor, o que é fundamental para os geógrafos de inspiração humanista, não é a distribuição espacial dos fatos sociais, mas a maneira como as pessoas vivem nos lugares onde residem ou que visitam, deles extraindo a experiência. Claval chama atenção para as especificidades “lugarizadas” da experiência humana em diferentes contextos espaciais. A experienciamento da paisagem é coletiva (grupos culturais) e subjetiva, na medida em que a diferença está no plano sociocultural. As leituras acerca da paisagem cultural podem apresentar caminhos interessantes para a análise geográfica integrada.

Ao se observar o desenho urbano de uma pequena cidade no Brasil nota-se claramente que a edificação destoante é a igreja católica. As formas espaciais, individualizadas ou no seu conjunto, expressam a dinâmica sociocultural dos diferentes contextos paisagísticos. Ao se visitar outros países pode-se encontrar igrejas em locais centrais no espaço urbano; todavia, o olhar atento revelará diferenças não só do ponto de vista arquitetônico, estético, como também cultural, simbólico. Paulo Cesar Gomes (2004), ao estudar paisagens urbanas canadenses, afirma que além da diferença na aparência de algumas casas comerciais, as cidades de população anglofônica se diferenciam ainda mais das francôfonas, por terem várias igrejas, a exemplo das aliganas e batistas. Segundo o mesmo autor, nenhum templo religioso desses ocupa uma posição verdadeiramente central no espaço urbano. Alguns situam-se no limite da malha urbana, o que, segundo o autor, indicaria que se tratam de edificações religiosas recentes. Retornando as especificidades do território brasileiro, pode-se afirmar que várias cidades da atualidade, nos patamares da rede urbana, se originaram no entorno de igrejas católicas que exerciam e ainda exercem o papel de centralidade tanto do ponto de vista do conjunto edificado, destoando no campo visual do observador, quanto do ponto de vista simbólico. Ou seja, a vertente religiosa está na gênese da nucleação urbana, daí a sua centralidade do ponto de vista físico-espacial. Aliás, no processo de colonização do território complexo e diverso do ponto de vista etnográfico, a ação hegemônica e impositiva da religião monoteísta dominante foi expressiva. Tuan (2012) enfatiza que todas as cidades contêm algum tipo de símbolo público que concentra os ideais de poder e glória; no entanto, muitas delas expressam essa questão de natureza hegemônica na toponímia. Os nomes de dezenas de cidades, de várias avenidas estruturantes, fazem menção ao poder local / regional tanto do ponto de vista político e econômico, quanto religioso. Em muitos casos, além da toponímia, que está na dimensão da imaterialidade, tem-se os monumentos e símbolos que são elementos materiais.

Para Tuan (2012), um símbolo é uma parte que tem o poder de sugerir um todo. Um exemplo citado por esse autor é a cruz para os cristãos. A mesma cruz que para alguns religiosos simboliza a sua fé, para outros pode ser vista com um dos símbolos mais expressivos da igreja como instituição hegemônica, que desembarcou nos territórios indígenas no período da expansão mercantil européia, no contexto colonial. Segundo Tuan (2012),

Um símbolo é um repositório de significados. Estes emergem das experiências mais profundas que se acumularam através do tempo. As experiências profundas têm, muitas vezes, um caráter sagrado, extraterreno, mesmo quando elas se originam na biologia humana. Quando os símbolos dependem de acontecimentos singulares, eles devem variar de um indivíduo para o outro e de uma cultura para outra. Quando se originam em experiências comuns à maior parte da humanidade, eles têm caráter mundial. (TUAN, 2012, p. 203).

A pequena cruz que alguns crentes carregam no pescoço pode ser bem menor que outra situada no topo do frontispício da edificação religiosa ou em uma das cúpulas da igreja, mas o significado é o mesmo. Não basta conhecer ou ver os símbolos na sua circularidade cotidiana; deve-se saber o seu significado e experienciá-lo. Claval (2014) destaca que os símbolos, como a cruz para os cristãos, são elementos que expressam questões identitárias. Segundo esse autor, o símbolo congrega e faz as pessoas agirem como coletividade, ou seja, a ideia de diferença perderia força, diante dessa cimentação coletiva lembrada e reforçada por esses elementos tangíveis na paisagem. Todavia, essa mesma igreja pode ser notada e/ou considerada por um crente evangélico ou por um ateu apenas do ponto de vista topológico ou de situação geográfica.

Durante o processo de colonização da América e da África, não só se invadiu as terras com a ganância expansionista, como também roubou-se preciosidades de grupos culturais nativos, em um processo de pilhagem cultural, além da escravização e do etnocídio. Muitas estatuetas, bens simbólicos de povos indígenas e negros foram saqueados e comercializados ou foram depositados em museus com fins turísticos. Mercantiliza-se objetos envoltos de grande simbolismo, que não teriam preço, pois constitui-se em bem com valor simbólico, não de valor de troca.

Tuan (2012) faz menção ao fascínio que uma catedral medieval provoca nos turistas e destaca, no período em que publicou o livro *Topofilia*, anos 1970, que tem-se afirmado, algumas vezes, que o arranha-céu de aço e vidro é o equivalente moderno da catedral medieval. O autor destaca que as experiências sensoriais e estéticas fornecidas por essas duas estruturas são antípodas. Pode-se afirmar que do ponto de vista do elemento destoante no conjunto edificado, o grande prédio pode ser comparado à catedral que no passado era o centro das atenções, não apenas material, como também hegemônica do ponto de vista do cotidiano urbano. Para esse autor, a cidade possui muitos símbolos bem visíveis; por isso é um centro de significados por excelência. Claval (2014) destaca que, apesar da Geografia humana insistir em priorizar o peso das lógicas econômicas, negligenciando a dimensão simbólica, os homens não podem viver sem dar sentido àquilo que os cerca.

Retomando a questão das arquiteturas significativas na cidade, uma pessoa pode conversar com outra ao celular e falar: “encontre-me aqui em frente à igreja matriz”. Caso o interlocutor saiba onde se situa esse templo religioso, não será necessário explicar onde é, usando-se pontos de referências, nem será necessário recorrer-se ao sistema de coordenadas geográficas, uma projeção espacial que abarca a escala global, para se chegar até aquele local. Segundo Claval (2014), situar-se é memorizar imagens concretas, sobretudo com apreensões visuais e, eventualmente, de odores e ruídos, enquanto que orientar-se consiste em situar os lugares num espaço de referência mais amplo. Em uma atividade de campo, tanto se pode trabalhar com a localização espacial sob a ótica das coordenadas geográficas, fazendo-se o georreferenciamento de áreas, como uma praça pública onde situa-se a igreja, como pode-se trabalhar esse espaço e a edificação religiosa em destaque a partir da memória e das diferentes leituras de diferentes sujeitos sociais. Do ponto de vista do mapa temático urbano e do sistema de coordenadas geográficas, a igreja será apenas um elemento topológico; o mesmo se aplica à sua menção como elemento de referência de situação geográfica. Para o crente católico, essa igreja vai muito além do elemento material, tangível, e se constitui em um referente devocional, topossimbólico.

4. DIMENSÕES MÍTICAS DA CIDADE

Segundo Tuan (2013), o primeiro tipo de espaço mítico é uma extensão conceitual dos espaços familiar e cotidiano dado pela experiência direta. Este autor ressalta que quando imaginamos o que fica do outro lado da montanha ou do oceano nossa imaginação constrói geografias míticas. Portanto, os mitos podem ser criados a partir de elementos naturais e destoarem no horizonte paisagístico das pessoas ou de área edificadas pela ação humana, ou mesmo podem prescindir de ambos e se manifestar em um espaço imaginário dos sonhos, por exemplo.

Em filmes, livros ou até mesmo desenhos animados, recorrentemente ouve-se falar em cidades fantasmas ou locais assombrados no campo. Ao se falar em cidade fantasma, faz-se menção tanto a um aspecto da materialidade paisagística que se constitui em elemento topológico, cartografável, que se pode localizar no mapa, como também à dimensão transmundana, ao além. A cidade é produto da coletividade humana e os elementos míticos que a cercam são produtos do imaginário coletivo.

Algumas lendas, como a do lobisomem, transladam fronteiras e se manifestam de diferentes formas em vários países do mundo. Alguns filmes americanos trouxeram para as telas do cinema e da TV lobisomens urbanos, tanto do sexo masculino quanto feminino. A cidade, assim, ressignificaria, sob a ótica fílmica, mitos rurais? Os personagens humanos que se

transformam em lobisomem são pessoas urbanas, que circulam por importantes cidades do mundo, como Londres e Paris, transitando por lugares e edificações significativas, como a Torre Eiffel, um marco simbólico da capital francesa.

Nas tramas fílmicas, frequentemente nota-se situações envolvendo personagens da dimensão transmundana ou mítica, em áreas rurais e também em áreas habitadas. Como já foi dito, fala-se em cidades fantasmas, que foram abandonadas pelos vivos, mas que abrigam fantasmas, entidades espirituais que tentam assustar ou expulsar aqueles que se aproximam para visitar ou residir. Em outros casos, fala-se em casas mal assombradas, dominadas por figuras fantasmagóricas, e que despertam o medo e repulsa de quem circula pelas proximidades ou que adentra essas unidades residenciais. Esse tipo de relato acontece em várias partes do mundo, no entanto, esses contos míticos, essas irrupções transmundanas são diferentes a depender do contexto geográfico e sociocultural. Tuan (2005) traz um exemplo de uma história envolvendo uma ciclista na Inglaterra que, ao se deslocar por uma estrada na área rural, pára em uma casa para se abrigar da chuva e é recebida por um idoso. Quando a chuva passa, a ciclista continua seu itinerário até a cidade e, ao chegar, ouve um amigo afirmar que aquela casa a que ela se refere não existe; naquele local só existiria uma vivenda abandonada há meio século.

Um caminho interessante para se discutir a questões de natureza mítica é o diálogo entre Geografia e Literatura. Em várias passagens das suas obras, nota-se claramente que o consagrado escritor baiano Jorge Amado não separa as divindades da dimensão transmundana dos espaços de circulação de homens e mulheres. Nos livros "Capitães da areia" e "Os pastores da noite", Amado não cria um mundo paralelo para as divindades, para os Orixás. O transmundano aflora em meio ao espaço material, concreto, palpável da circularidade cotidiana. O elemento mítico-ficcional entremeia as práticas urbanas reais do dia-dia; dessa forma, evita-se o fracionamento dual da leitura dos eventos na/cidade. É como se o autor quisesse demonstrar que as dimensões materiais e imateriais, físicas e simbólicas, na Bahia, não são nem separadas nem justapostas; coexistem em uma interação contínua. Dessa forma, ao afirmar que os Orixás andam pelas ruas, sorriem, Jorge Amado "humanaliza" as divindades dos cultos afro-brasileiros, sem comprometer, no entanto, a sua dimensão transcendente.

Segundo Tuan (2005), em vários lugares suspeita-se de que os mortos retornam para visitar os lugares e as pessoas que outrora conheceram. O morto voltaria por uma questão afetiva ou por uma questão de possessividade materialista ainda não superada nesse outro plano espiritual? Ou não voltariam? Um questionamento que ficaria em aberto. A resposta depende das convicções religiosas de cada um. Sob essa ótica, para algumas pessoas, haveria uma janela que permitiria uma comunicação transmundana, que se abre do além para o mundo dos vivos, e não no sentido contrário. Tuan cita o exemplo de indígenas americanos que destruíam a propriedade do morto ou recusavam-se a usá-la por medo do fantasma reivindicar sua posse. O autor cita outros povos que enterravam os bens com o falecido, para que não ficassem heranças. Evidentemente que essa questão, de natureza ritualística, é uma peculiaridade de um contexto sociocultural. Muitas pessoas, sob uma ótica etnocêntrica, podem achar estranha essa prática, na medida em que se vive, na atualidade, uma crescente escalada da valorização imobiliária nas cidades nos diferentes patamares da rede urbana brasileira. A luz da perspectiva capitalista ocidentalizante, que é dominante na atualidade, esse não apego aos bens do capital, seria considerado no mínimo estranho. Banalizou-se a busca desenfreada pelo acúmulo de capital de uma forma que parece ser essa a única meta a ser alcançada no mundo dos vivos.

É importante destacar que há alguns segmentos da doutrina Espírita no Brasil que fazem crítica ao excessivo apego aos bens materiais em vida, que continuaria depois da morte, fazendo com que a pessoa, mesmo desencarnada, já em outro plano espiritual, continue totalmente apegada a fazendas, apartamentos, imóveis e bens de forma geral. Essa situação, evidentemente, geraria desconforto ao morto e aos seus familiares.

Para os católicos, por exemplo, as pessoas que morrem irão para outro plano espiritual e ficarão aguardando a ressurreição. Os espíritas Kardecistas vêem tanto a vida terrena quanto a dimensão do além como uma passagem cíclica na qual a pessoa vai tendo oportunidades de evoluir espiritualmente no traslado das reencarnações. Não existiria assim essa dicotomização entre mundano e transmundano em uma perspectiva binária, mecânica. Essas questões assim

colocadas estão no campo das crenças dos diferentes segmentos religiosos, da fé dos que acreditam nas manifestações da dimensão espiritual de diferentes formas. Ao sair do plano da imaterialidade e dirigir o olhar para os diferentes contextos paisagísticos, pode-se notar a irrupção material dessas crenças: as edificações religiosas. Algumas mais discretas, como centros espíritas de pequenas cidades, que, em muitos casos são casas que tinham a função residencial e passam a abrigar uma atividade religiosa. No caso das igrejas evangélicas, existem aquelas de pouca projeção midiática que apresentam templos de pequeno porte, assemelhando-se a casas (muitos são chamados de pontos de pregação). Todavia, há segmentos pentecostais e neopentecostais que atuam em rede, e congregam milhares de pessoas e apresentam grande projeção midiática, com templos monumentais, geralmente localizados próximos vias estruturantes no espaço urbano de cidades importantes da rede urbana brasileira. Nesse ponto, a monumentalidade do templo religioso evangélico, assemelha-se, em termos de projeção no campo visual do observador, às imponentes igrejas católicas.

Os contos que envolvem questões de natureza mítica, com menções ao além, ao transmundano, geralmente são vistos de forma assustadora sob a ótica ocidental. Tuan (2005) destaca que os chineses são muito conhecidos pela devoção aos espíritos ancestrais considerados bondosos e preocupados com a família. Esses ancestrais mortos podem, eventualmente, causar danos. Essa visão difere daquela predominante no mundo ocidental, com algumas exceções, de que os espíritos são fantasmas que se divertem assustando as pessoas.

Vários filmes abordam os cemitérios rurais como áreas abandonadas e cemitérios urbanos como lugares sinistros, fantasmagóricos. As necrópoles, entre muros, já são fisicamente separadas dos outros setores do espaço urbano, mesmo aqueles cemitérios com grandes jardins são segregados, fechados. No Brasil, no dia 2 de novembro, dia de finados, as pessoas se aglomeram nesses locais para acender velas, depositar flores, assistir missas, em memória dos mortos; mas, ao cair da tarde, as pessoas voltam a cuidar dos seus fazeres e só retornam ao cemitério eventualmente, em enterros ou anualmente no segundo dia de novembro. Nesse caso, ao celebrar-se missas, não se teme uma eventual represália do morto por causa do esquecimento; na verdade, aparece na retórica dos padres, líderes religiosos e crentes, de forma geral, menções ao descanso e à paz espiritual para aquele / aquela falecido (a). No entanto, em algumas preces do catolicismo popular, pode-se ouvir: “descanse em paz! Esqueça desse mundo”. Se o morto lembrasse e continuasse tentando voltar será que incomodaria? Muitos crentes de diferentes religiões temem os mortos. Outros cultuam e pedem ajuda. Já outros, em uma perspectiva materialista, apenas ignoram porque vêem a morte como um limite biológico e pronto. Por isso, toda análise geográfica que aborde sobre os mortos, o além, deve ser contextualizada do ponto de vista geográfico e sociocultural.

5. DIMENSÕES SIMBÓLICAS DOS MONUMENTOS

Ao se deslocar pela área urbana de uma cidade, deparamos-nos com vários elementos que expressam a dinâmica sociocultural e política em um plano transescalar; de pequenos símbolos, que ornamentam algumas casas, às expressivas formas espaciais hipervisíveis; de bustos de supostos “heróis” nacionais pouco conhecidos a grandes desenhos e estatuetas que ornamentam os frontões de prédios e edificações religiosas. Muitos desses símbolos e formas são vistos e pouco compreendidos; outros são pouco percebidos ou até invisibilizados, notadamente em grandes centros urbanos nos quais a vida moderna exige pressa na circularidade cotidiana.

Nas cidades há símbolos e formas que são vistos e percebidos de diferentes maneiras, por diferentes sujeitos sociais. Ver e olhar são a mesma coisa? Segundo Tuan,

Os olhos exploram o campo visual e deles abstraem alguns objetos, pontos de interesse, perspectivas. Mas o gosto do limão, a textura de uma pele quente, e o som do farfalhar das folhas nos atingem como sensações. O campo visual é muito maior que o campo dos outros sentidos. Os objetos distantes somente podem ser vistos; por isso temos a tendência de considerar os objetos vistos como “distantes” – como não provocando nenhuma resposta emocional forte -, embora possam estar bem próximo de nós (TUAN, 2012, p. 28).

Tuan, norteado pela vertente fenomenológica, nos traz a perspectiva sensorial para a questão da visão dos objetos individualizados ou no seu conjunto. Na concepção de Gomes (2013), no olhar, dirige-se o foco e os ângulos de visão construindo-se um campo visual, enquanto que ver significa conferir atenção, notar, perceber, individualizar coisas dentro desse campo visual construído pelo olhar. A leitura que se faz de uma estátua localizada em uma praça pública, por exemplo, pode variar de acordo com cada sujeito ou grupos culturais. Um monumento erigido em homenagem a um suposto “herói nacional” pode ser olhado de longe porque destoa como elemento material no contexto paisagístico e também pode ser mencionado no cotidiano urbano como ponto de referência para indicar uma determinada situação / localização geográfica. Todavia, mesmo esse monumento estando próximo a duas pessoas que conversam no espaço público, ele pode não ser visto por essas pessoas, não é individualizado, não chamar atenção. Se esse elemento material é pouco percebido no estoque edificado do espaço urbano, a questão se agrava quanto aventa-se a possibilidade de interpretação ou entendimento dos seus significados. Há casos nos quais só se percebe que existe uma determinada estátua ou um busto em determinados espaços públicos quando se chama atenção do passante.

Claval (2014) chama atenção para a expressividade nacionalista de alguns monumentos que cultuam os mortos, transformando-os em “heróis da pátria”. Corrêa (2005) destaca que os monumentos não são apenas objetos estéticos; são intencionalmente dotados de sentido político, capazes de “condensar complexos significados”. Para Corrêa, monumento, paisagem, política e identidade nacional ou religiosa são faces da mesma realidade social e de seu movimento. Nem mesmo esses monumentos expressivos escapam à indiferença e invisibilidade no cotidiano acelerado das cidades modernas.

6. REFLEXÕES FINAIS

Ao longo da história, a relação entre cultura e espaço urbano foi desenhando de diferentes formas. Houve um tempo em que as questões míticas foram predominantes em várias partes do mundo. Essa perspectiva não desapareceu, mas diminuiu muito com o incremento da urbanização, que projetou cidades com diferentes desenhos e símbolos materiais e imateriais, dimensionadas de diferentes formas.

Concorda-se com Roberto Lobato Corrêa (2006) quando esse afirma que o político, o econômico, o social, na sua espacialidade urbana podem ser examinados na perspectiva da Geografia Cultural, enfatizando os múltiplos significados que os diversos grupos sociais estabelecem a respeito da cidade. Nesse texto, enfatizou-se a importância do conceito de paisagem, sob uma ótica cultural, e de experiência, que é estruturante na abordagem humanista. Ressalta-se também as palavras diferença, fundamental para a Geografia Cultural, diversidade e contexto geográfico. Todas essas palavras podem ser trabalhadas sob uma ótica integrada e transescalar, para se abordar a complexidade do espaço urbano, em uma perspectiva cultural.

REFERÊNCIAS

1. AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
2. AMADO, Jorge. 1964. **Os pastores da noite**. – São Paulo: Companhia das Letras 2009.
3. AMADO, Jorge. 1937. **Capitães da areia**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
4. ANDRETOTTI, Giuliana. **Paisagens culturais**. Tradutores: Ana Paula Bellenzier ... [et al.]; revisão da tradução Giuliana Andreotti e Iria Zanonni Gomes. - Curitiba – PR: Editora UFPR, 2013.
5. CLAVAL, Paul. A **Geografia Cultural**. Tradução de Luís Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 4ª Ed. rev. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.
6. CLAVAL, Paul. O papel da nova Geografia Cultural na compreensão da ação humana. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDHAL, Z. (Orgs.) **Matrizes da Geografia Cultural**. - Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. P. 35 – 86.

7. CORRÊA, R. Lobato. O urbano e a cultura: alguns estudos. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDHAL, Z. (Orgs.) **Cultura, espaço e o urbano**. - Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006. P. 141– 165.
8. CORRÊA, R. Lobato. Monumentos, política e espaço. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDHAL, Z. (Orgs.) **Geografia: temas sobre cultura e espaço**. - Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005. P. 9– 42.
9. DARDEL, Eric. **O homem e a terra: a natureza da realidade geográfica**. Tradução: Werther Holzer. – São Paulo: Perspectiva, 2011.
10. DUNCAN, James. **The city as text: the politics of landscape interpretation in the Kandy Kingdom**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
11. GOMES, Paulo Cesar da C. **O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade**. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
12. GOMES, Paulo Cesar da C. A paisagem urbana como cenário de uma cultura: algumas observações a propósito do Canadá. In: **Espaço e Cultura**. – (jan-dez, nº 17-18. UERJ / NEPEC. Rio de Janeiro: 2004. P. 7 – 15.
13. SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo: razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.
14. SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. - São Paulo, Hucitec, 1988.
15. SOUZA, Marcelo L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. – Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2013.
16. TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
17. TUAN, YI-Fu. **Espaço e lugar: perspectiva da experiência**. Tradução: Livia de Oliveira. – Londrina: Eduel, 2013.
18. TUAN, YI-Fu. **Topofilia**. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução: Livia de Oliveira. - Londrina: Eduel, 2012.